

Rendimento e Condições de Vida 2018 (Dados provisórios)

O risco de pobreza reduziu-se para 17,3%

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado em 2018 sobre rendimentos do ano anterior, indica que 17,3% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2017, menos 1 ponto percentual (p.p.) que em 2016. A taxa de risco de pobreza correspondia, em 2017, à proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos (por adulto equivalente) inferiores a 5 610 euros anuais (468 euros por mês).

A proporção de menores de 18 anos em risco de pobreza reduziu-se novamente, para 18,9%. Em contrapartida, aumentou o risco de pobreza para a população idosa: 17,7%, mais 0,7 p.p. que em 2016. A taxa de pobreza para a população em idade ativa foi de 16,7%, menos 1,4 p.p. que no ano anterior.

Pela primeira vez são divulgadas estimativas regionais. Os residentes na Área Metropolitana de Lisboa foram os menos afetados pelo risco de pobreza em 2017 (12,3%), tendo em conta a linha de pobreza nacional. Esta proporção registou os valores mais elevados nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira respetivamente 31,5% e 27,4%. No entanto, tendo em conta que há diferenças socioeconómicas significativas entre as regiões, foram complementarmente estimadas linhas de pobreza regionais que mostraram diferenças de proporções menos acentuadas entre as regiões (ver caixa).

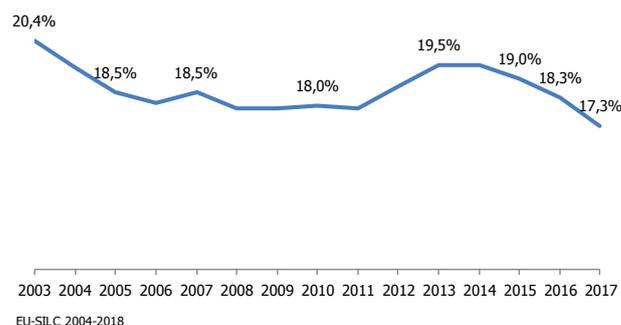
Apesar dos rendimentos monetários em Portugal continuarem a pautar-se por uma distribuição fortemente assimétrica, os principais indicadores de desigualdade reduziram-se novamente em 2017: o Coeficiente de Gini, em particular, foi de 32,6%, menos 0,9 p.p. que no ano anterior.

Em 2018, mantém-se a tendência de redução da taxa de privação material (16,6%, menos 1,4 p.p. que em 2017) e da taxa de privação material severa (6,0%, menos 0,9 p.p. que em 2017). A intensidade da privação material reduziu-se pela primeira vez desde o início da década.

17,3% da população em risco de pobreza em 2017

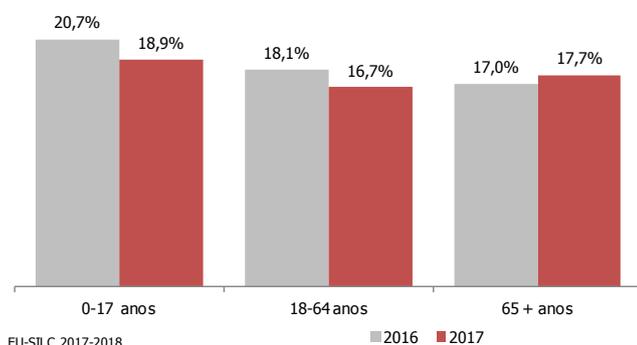
Os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC), realizado em 2018 sobre rendimentos do ano anterior, indicam que 17,3% dos residentes estavam em risco de pobreza em 2017, mantendo-se a tendência para a redução do indicador (menos 1,0 p.p. que em 2016 e menos 3,1 p.p. que em 2003).

Taxa de risco de pobreza após transferências sociais, Portugal, 2003-2017



A taxa de risco de pobreza em 2017 correspondia à proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos anuais por adulto equivalente inferiores a 5 610 euros (468 euros por mês). Este limiar, ou linha de pobreza relativa, corresponde a 60% da mediana (9 351 euros) da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes.

Taxa de risco de pobreza segundo o grupo etário, Portugal, 2016-2017



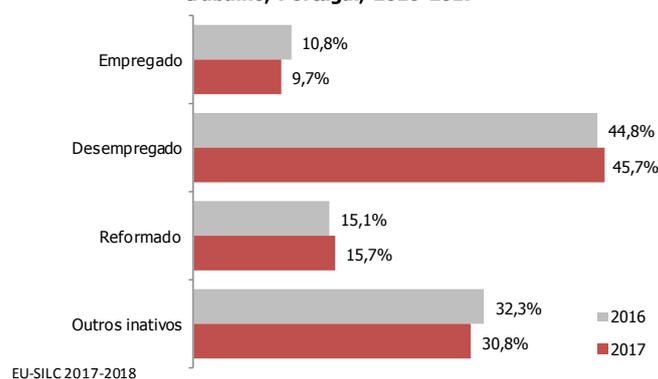
A taxa de risco de pobreza para os menores de 18 anos reduziu-se novamente, para 18,9% (20,7% no ano anterior). Em contrapartida, registou-se em 2017 um aumento do risco de pobreza para a população idosa: 17,7%, mais 0,7 p.p. que em 2016. A taxa de pobreza para os adultos em idade ativa foi de 16,7%, menos 1,4 p.p. do que em 2016 (18,1%).

Em 2017, o risco de pobreza reduziu-se para ambos os sexos. Contudo, este impacto foi mais expressivo para os homens (-1,2 p.p.) do que para as mulheres (-0,8 p.p.), agravando-se a diferença entre os dois grupos (um risco de 16,6% no caso dos homens, e de 17,9% no caso das mulheres, em 2017).

O risco de pobreza diminuiu para a população empregada e aumentou para a desempregada e inativa

O risco de pobreza para a população empregada foi de 9,7% em 2017, menos 1,1 p.p. que no ano anterior.

Taxa de risco de pobreza segundo a condição perante o trabalho, Portugal, 2016-2017



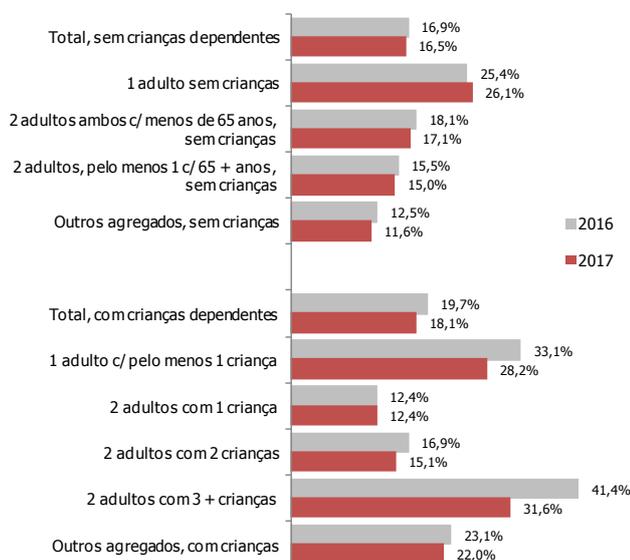
Apesar da população desempregada continuar a diminuir, o aumento da linha de pobreza relativa refletiu-se em 2017 num novo aumento do risco de pobreza para a população em situação de desemprego: de 44,8% em 2016 para 45,7% em 2017.

Também em 2017, o risco de pobreza para a população reformada aumentou, com uma taxa de 15,7%, superior em 0,6 p.p. em relação a 2016 (15,1%).

O risco de pobreza reduziu-se sobretudo para as famílias com crianças

Em 2017, o risco de pobreza reduziu-se para os agregados sem crianças dependentes (16,5%, menos 0,4 p.p. em relação a 2016) e, mais acentuadamente, para os agregados com crianças dependentes (18,1%, menos 1,6 p.p. que no ano anterior).

Taxa de risco de pobreza segundo a composição do agregado familiar, Portugal, 2016-2017



EU-SILC 2017-2018

Tal como nos anos anteriores, a presença das crianças num agregado familiar continuava em 2017 a estar associada a um risco de pobreza acrescido, sobretudo no caso dos agregados constituídos por um adulto com pelo menos uma criança dependente (28,2%) e naqueles constituídos por dois adultos com três ou mais crianças dependentes (31,6%). O risco de pobreza para os "Outros agregados, com crianças¹" foi de 22,0%.

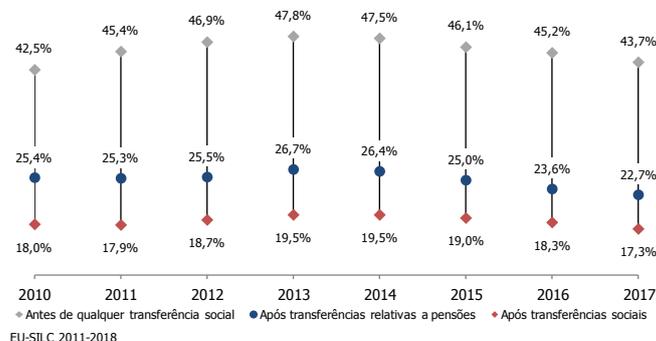
O contributo das transferências sociais para a redução do risco de pobreza foi de 5,4 p.p. em 2017

Considerando apenas os rendimentos do trabalho, de capital e transferências privadas, 43,7% da população residente em Portugal estaria em risco de pobreza em 2017. Os rendimentos provenientes de pensões de reforma e sobrevivência contribuíram em 2017 para um decréscimo de 21,0 p.p. no risco de pobreza,

¹ Agregados constituídos por 3 ou mais adultos com crianças dependentes.

resultando assim numa taxa de risco de pobreza após pensões e antes de transferências sociais de 22,7%.

Taxa de risco de pobreza considerando as transferências sociais, Portugal, 2010-2017



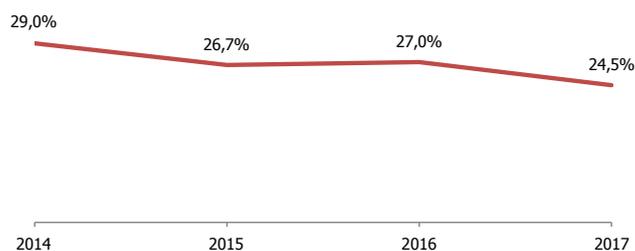
EU-SILC 2011-2018

As transferências sociais, relacionadas com a doença e incapacidade, família, desemprego e inclusão social contribuíram para a redução do risco de pobreza de 5,4 p.p., sendo este contributo ligeiramente superior ao registado no ano anterior (5,3 p.p. em 2016).

A insuficiência de recursos da população em risco de pobreza reduziu-se em 2,5 p.p.

A taxa de intensidade da pobreza permite avaliar em que medida o rendimento monetário disponível mediano dos pobres se aproxima ou afasta do limiar de pobreza, constituindo um indicador da insuficiência de recursos da população em risco de pobreza. Em 2017, a taxa de intensidade da pobreza foi de 24,5%, menos 2,5 p.p. que no ano anterior (27,0%).

Taxa de intensidade da pobreza (60% da mediana), Portugal, 2014-2017



EU-SILC 2015-2018

Manteve-se uma forte desigualdade na distribuição dos rendimentos

Apesar dos rendimentos monetários em Portugal continuarem a pautar-se por uma distribuição fortemente assimétrica, os principais indicadores de desigualdade reduziram-se novamente em 2017:

- O rácio S80/S20, que compara o rendimento monetário líquido equivalente dos 20% da população com maiores recursos com o rendimento monetário líquido equivalente dos 20% da população com menores recursos, foi de 5,3, reduzindo-se em relação a 2016 (5,7);
- O rácio S90/S10, que mede a distância entre o rendimento monetário líquido equivalente dos 10% da população com maiores recursos e o rendimento dos 10% da população com mais baixos recursos, foi de 8,9, reduzindo-se em relação ao ano anterior (10,0);
- O Coeficiente de Gini, que tem em conta toda a distribuição dos rendimentos, refletindo as diferenças de rendimentos entre todos os grupos populacionais, e não apenas os de menores e maiores recursos, registou um valor de 32,6%, menos 0,9 p.p. que no ano anterior.

Indicadores de desigualdade do rendimento, Portugal, 2014-2017

Ano de referência dos dados	2014	2015	2016	2017 (Po)
Coeficiente de Gini (%)	34,0	33,9	33,5	32,6
S80/S20 (n.º)	6,0	5,9	5,7	5,3
S90/S10 (n.º)	10,6	10,1	10,0	8,9
EU-SILC	2015	2016	2017	2018 (Po)

(Po) valor provisório
EU-SILC 2015-2018

A intensidade da privação material reduziu-se pela primeira vez desde o início da década

Os indicadores de privação material baseiam-se num conjunto de nove itens relacionados com as necessidades económicas e de bens duráveis das famílias, listados na Nota técnica, e que são utilizados para calcular três indicadores distintos:

- O indicador geral de privação material, que corresponde às situações em que não existe acesso a pelo menos três destes nove itens devido a dificuldades económicas;
- O indicador de privação material severa, que corresponde às situações em que não existe acesso a pelo menos quatro dos nove itens pela mesma natureza de razões;
- A intensidade da privação material, ou seja, o número médio de itens em falta para esta população em privação material.

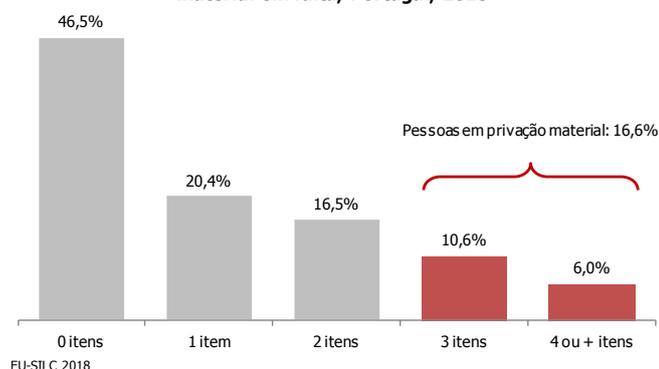
Indicadores de privação material, Portugal, 2015-2018

Ano de referência dos dados	2015	2016	2017	2018 (Po)
Taxa de privação material (%)	21,6	19,5	18,0	16,6
Taxa de privação material severa (%)	9,6	8,4	6,9	6,0
Intensidade da privação material (n.º)	3,7	3,6	3,6	3,5
EU-SILC	2015	2016	2017	2018 (Po)

(Po) valor provisório
EU-SILC 2015-2018

Em 2018, a taxa de privação material dos residentes em Portugal é de 16,6% e a taxa de privação material severa é de 6,0%, mantendo-se a tendência de redução das duas séries. A intensidade da privação material corresponde em 2018 a 3,5, menos uma décima do que no ano anterior.

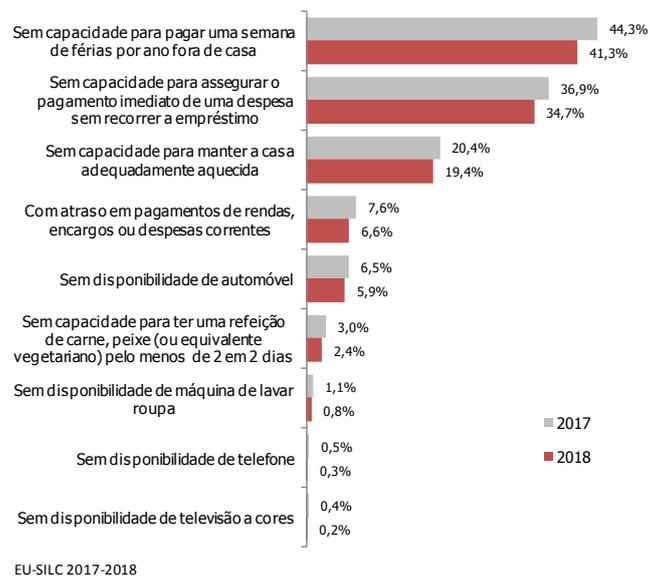
Distribuição da população residente por itens de privação material em falta, Portugal, 2018



Em 2018, para a maioria dos nove itens considerados, reduziu-se a proporção de residentes que referiram dificuldades económicas, destacando-se:

- 41,3% das pessoas vivem em agregados sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa (menos 3,0 p.p. que em 2017);
- 34,7% das pessoas vivem em agregados sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (36,9% em 2017);
- 19,4% das pessoas vivem em agregados sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida (menos 1,0 p.p. que no ano anterior);
- 6,6% das pessoas vivem em agregados sem capacidade para pagar atempadamente rendas, encargos ou despesas correntes (menos 1,0 p.p. que em 2017).

Itens de privação material na população total, Portugal, 2017-2018



A taxa de pobreza ou exclusão social reduziu-se para 21,6%

A estratégia económica de crescimento da União Europeia para a década corrente, designada estratégia Europa 2020, define, entre outros objetivos, a redução do número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social na União Europeia em, pelo menos, 20 milhões de pessoas até 2020.

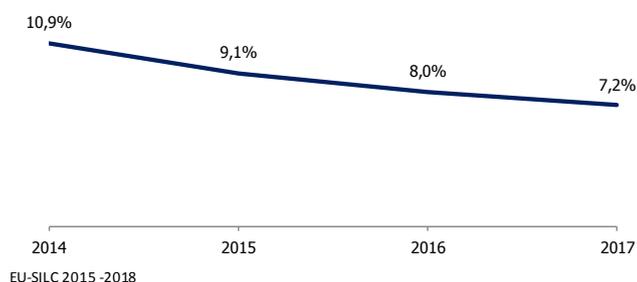
Neste âmbito, definiu-se um indicador relativo à população em risco de pobreza ou exclusão social que conjuga os conceitos de risco de pobreza relativa - pessoas com rendimentos anuais por adulto equivalente inferior ao limiar de pobreza - e de situação de privação material severa, com o conceito de intensidade laboral *per capita* muito reduzida (ver Nota técnica).

Consideram-se em intensidade laboral muito reduzida todas as pessoas com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que a população adulta dos 18

aos 59 anos (excluindo estudantes) trabalhou em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

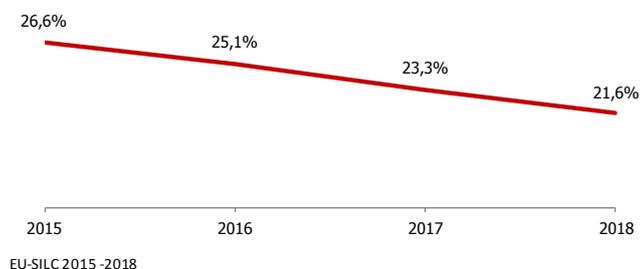
A proporção da população com menos de 60 anos que vivia em agregados familiares com intensidade laboral *per capita* muito reduzida foi de 7,2% em 2017 (menos 0,8 p.p. que no ano anterior).

Intensidade laboral per capita muito reduzida, Portugal, 2014-2017



Em 2018, 2,2 milhões de pessoas encontravam-se em risco de pobreza ou exclusão social (pessoas em risco de pobreza ou em situação de privação material severa ou vivendo em agregados com intensidade laboral *per capita* muito reduzida). Consequentemente, a taxa de pobreza ou exclusão social é de 21,6%, menos 1,7 p.p. do que no ano anterior.

População em risco de pobreza ou exclusão social, Portugal, 2015-2018



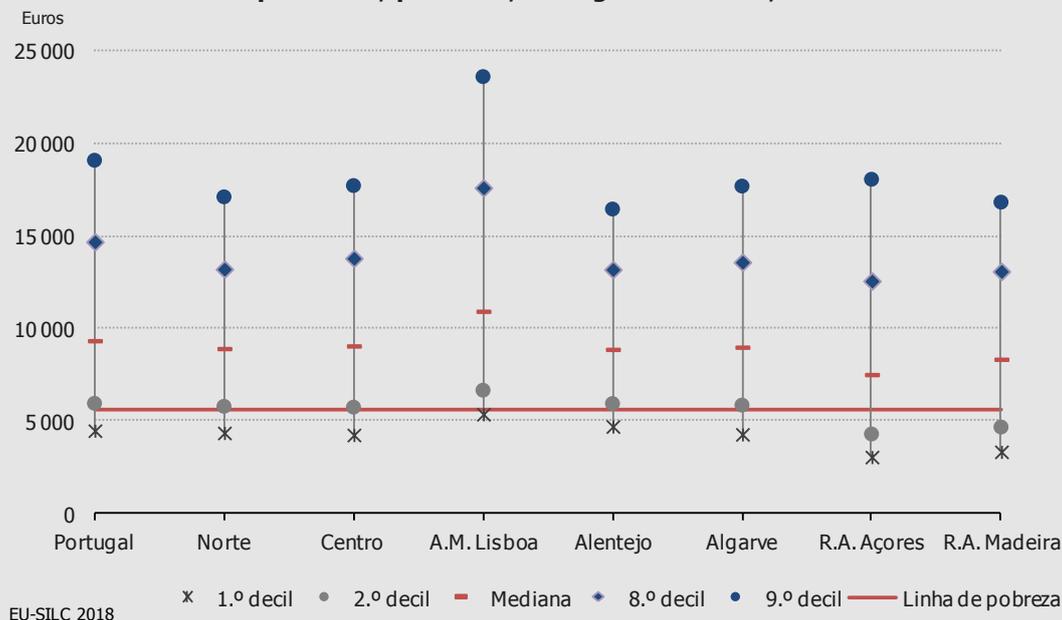
Alguns resultados regionais

Com esta divulgação, o INE inicia a publicação de séries regionais (NUTS II) sobre a pobreza e a desigualdade económica, estimadas com base nos dados sobre a distribuição do rendimento monetário disponível por adulto equivalente, recolhidos pelo Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC).

Os resultados obtidos permitem estimar taxas de risco de pobreza regionais que, de acordo com a convenção adotada no programa europeu EU-SILC de que o inquérito faz parte, são medidas relativas baseadas numa linha de pobreza nacional (que corresponde a 60% da mediana do rendimento equivalente nacional). Neste sentido, os riscos de pobreza regionais são influenciados pela posição relativa da distribuição dos rendimentos em cada região em relação à distribuição nacional.

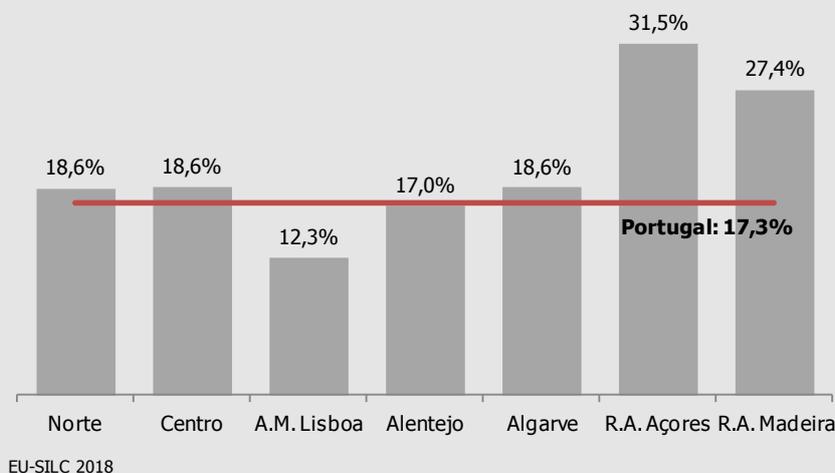
Os resultados para 2017 indicam uma heterogeneidade das distribuições regionais dos rendimentos monetários equivalentes, em termos medianos – apenas o rendimento mediano na Área Metropolitana de Lisboa é superior à média nacional (+17%), enquanto o rendimento mediano na R.A. Açores corresponde a 80% do valor nacional –, e de desigualdade – o intervalo entre os decis mais baixos e mais elevados é maior na Área Metropolitana de Lisboa e menor na região do Alentejo.

Distribuição do rendimento monetário disponível por adulto equivalente, por decis, Portugal e NUTS II, 2017



Tomando como referência a linha de pobreza nacional (5 610 euros em 2017), a Área Metropolitana de Lisboa foi a região com mais baixa taxa de pobreza no ano em análise (12,3%) e as Regiões Autónomas as mais afetados pelo risco de pobreza (31,5% na Região Autónoma dos Açores e 27,4% na Região Autónoma da Madeira).

Taxa de risco de pobreza, Portugal e NUTS II, 2017



Esta análise pode ser completada pelo cálculo de linhas de pobreza regionais. Em cada região NUTS II, a linha de pobreza regional corresponde à proporção de habitantes nessa região que vivem com rendimentos monetários disponíveis equivalentes inferiores a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários disponíveis equivalentes dessa mesma região. Com exceção da Área Metropolitana de Lisboa, os limiares de pobreza regionais encontram-se abaixo do limiar de pobreza nacional, refletindo as diferentes condições socioeconómicas, nomeadamente, os diferentes níveis de custo de vida.

A utilização de linhas de pobreza regionais resulta no aumento do risco de pobreza para a região com rendimento mediano superior ao rendimento mediano nacional (18,9%, na Área Metropolitana de Lisboa) e na redução dos riscos de pobreza para aquelas em que o rendimento mediano é inferior ao rendimento mediano nacional (por exemplo, na Região Autónoma dos Açores, de 31,5%, com base na linha nacional, para 21,6%, com base na linha regional).

Taxas de risco de pobreza com base na linha de pobreza nacional e nas linhas de pobreza regionais, Portugal e NUTS II, 2017

	Mediana do Rendimento por adulto equivalente	Linha de pobreza nacional	Taxa de risco de pobreza (calculada com linha de pobreza nacional)	Linha de pobreza regional	Taxa de risco de pobreza (calculada com linha de pobreza regional)
	Euros	Euros	%	Euros	%
Portugal	9 351	5 610	17,3	5 610	17,3
Norte	8 925	5 610	18,6	5 355	16,4
Centro	9 067	5 610	18,6	5 440	16,6
A.M. Lisboa	10 943	5 610	12,3	6 566	18,9
Alentejo	8 880	5 610	17,0	5 328	14,2
Algarve	9 000	5 610	18,6	5 400	16,6
R.A. Açores	7 517	5 610	31,5	4 510	21,6
R.A. Madeira	8 345	5 610	27,4	5 007	22,3

EU-SILC 2018

Nota técnica

Os indicadores apresentados neste destaque têm caráter provisório, refletindo uma antecipação do conjunto global de indicadores a divulgar em articulação com o Eurostat no próximo ano.

Os indicadores relativos à pobreza e desigualdade económica foram construídos com base no rendimento monetário anual líquido das famílias no ano anterior ao da realização do inquérito (2017). Excluem-se outras fontes de rendimento, nomeadamente o salário em géneros, o autoconsumo, o autoabastecimento e a autolocação.

De forma a refletir as diferenças na dimensão e composição das famílias, o rendimento líquido foram transformados em rendimento por adulto equivalente, utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE. O rendimento por adulto equivalente é obtido dividindo o rendimento líquido de cada família pela sua dimensão em número de adultos equivalentes e o seu valor atribuído a cada membro da família.

Os dados sobre privação material respeitam ao ano de realização inquérito (2018).

Coefficiente de Gini: indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).

Escala de equivalência modificada da OCDE: esta escala atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança, dentro de cada agregado. A utilização desta escala permite ter em conta as diferenças na dimensão e composição dos agregados.

Intensidade da privação material: média de itens de privação material em carência na população em situação de privação material.

Intensidade laboral *per capita* muito reduzida: consideram-se em intensidade laboral *per capita* muito reduzida todos os indivíduos com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que os adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

Linha de pobreza: limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país.

População em risco de pobreza ou exclusão social: indivíduos em risco de pobreza ou vivendo em agregados com intensidade laboral *per capita* muito reduzida ou em situação de privação material severa.

Rácio S80/S20: indicador de desigualdade na distribuição do rendimento, definido como o rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos 20% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 20% de menores rendimentos.

Rácio S90/S10: indicador de desigualdade na distribuição do rendimento, definido como o rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos 10% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 10% de menores rendimentos.

Rendimento equivalente: resultado obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de “adultos equivalentes”, utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE. Nota: “Adultos equivalentes” é uma unidade de medida da dimensão dos agregados que resulta da aplicação da escala modificada da OCDE.

Rendimento monetário líquido: rendimento monetário obtido pelos agregados e por cada um dos seus membros, proveniente do trabalho (trabalho por conta de outrem e por conta própria), de outros rendimentos privados (rendimentos de capital, propriedade e transferências privadas), das pensões e outras transferências sociais, após dedução dos impostos devidos e das contribuições para a segurança social.

Taxa de intensidade da pobreza (*Relative at risk of poverty gap*): corresponde ao quociente entre a diferença do limiar de pobreza e o rendimento mediano dos indivíduos em risco de pobreza relativamente ao limiar de pobreza, em percentagem.

$$\text{Taxa de intensidade da pobreza} = \frac{\text{Limiar de pobreza} - \text{Mediana do rendimento da população em risco de pobreza}}{\text{Limiar de pobreza}} \times 100$$

Taxa de privação material: corresponde à proporção da população em que se verificam pelo menos três das seguintes nove dificuldades – a) Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); b) Sem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; c) Atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; d) Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; e) Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida; f) Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa por dificuldades económicas; g) Sem disponibilidade de televisão a cores por dificuldades económicas; h) Sem disponibilidade de telefone fixo ou telemóvel, por dificuldades económicas; i) Sem disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) por dificuldades económicas.

Taxa de privação material severa: corresponde à proporção da população em que se verificam pelo menos quatro das nove dificuldades descritas em *Taxa de privação material*.

Taxa de risco de pobreza: proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.

Transferências sociais (excluindo pensões): inclui os apoios à família, educação, habitação, doença/invalidez, desemprego, combate à exclusão social.

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias (EU-SILC) é realizado em Portugal desde 2004, no quadro de legislação comunitária específica (Regulamento nº 1177/2003), que estabelece um sistema comunitário harmonizado de produção de estatísticas sobre a pobreza, privação e exclusão social.

Em Portugal, a informação é recolhida com periodicidade anual através de entrevistas presenciais assistidas por computador (CAPI, ou *Computer Assisted Personal Interview* em inglês). O questionário incorpora perguntas sobre o agregado familiar e também sobre as características pessoais de cada membro, em particular sobre os rendimentos de todos os membros com 16 ou mais anos. Em 2018, o inquérito dirigiu-se a 15 618 famílias, das quais 13 717 com resposta completa (com recolha de dados sobre 33 942 pessoas; 29 365 com 16 e mais anos). A operação de recolha decorre normalmente no 2º trimestre de cada ano.

A realização do inquérito visa a obtenção de resultados para o conjunto de todos os indivíduos que no período de referência residem no território nacional, com desagregação ao nível NUTS II a partir de 2018. Para o rendimento, este período de referência corresponde ao ano anterior àquele em que são realizadas as entrevistas.

Os agregados familiares são escolhidos por amostragem estratificada e bietápica a partir de uma base de amostragem de alojamentos familiares. A longitudinalidade da amostra, assim como a limitação da carga estatística sobre os respondentes é assegurada através do estabelecimento de um esquema de rotação anual de quatro subamostras independentes, com substituição de uma delas em cada ano. Assim, cada agregado responde no máximo a quatro entrevistas, garantindo-se a sobreposição de $\frac{3}{4}$ dos respondentes relativamente ao ano anterior.

Até ao ano de 2012 a amostra foi selecionada exclusivamente a partir da Amostra-Mãe, tendo sido assegurada a transição gradual para a nova base de amostragem (constituída a partir do Ficheiro Nacional de Alojamentos – FNA) através das subamostras selecionadas entre 2013 e 2016. A partir de 2016, a amostra anual do ICOR, ou seja, todas as quatro subamostras que a compõem, são selecionadas a partir de uma base de amostragem extraída do Ficheiro Nacional de Alojamentos (FNA).

A seleção da amostra seguiu um esquema de amostragem estratificado (estratificação por NUTS II) e multietápico, em que as unidades primárias, constituídas por células da grid INSPIRE de 1km², foram selecionadas com probabilidade proporcional à dimensão do número de alojamentos de residência principal e as unidades secundárias (alojamentos) foram selecionadas sistematicamente dentro das unidades da 1ª etapa. São entrevistados todos os agregados e todos os indivíduos residentes nos alojamentos selecionados.

Os resultados estimados são obtidos a partir dos ponderadores de agregado familiar e indivíduo, ajustados de acordo com a distribuição destas unidades por região, dimensão familiar, idade e sexo.

Anexos

Indicadores de pobreza e desigualdade económica, Portugal, 2014-2017

Ano de referência	unidade	2014	2015	2016	2017 (Po)
Limiar de risco de pobreza	€	5 061	5 269	5 443	5 610
Taxa de risco de pobreza (60% da mediana)					
Antes de qualquer transferência social	%	47,5 Rc	46,1	45,2	43,7
Após transferências relativas a pensões	%	26,4	25,0	23,6	22,7
Após transferências sociais	%	19,5	19,0	18,3	17,3
Dispersão do limiar do risco de pobreza					
Após transferências sociais (70% da mediana)	%	27,0	26,4	25,4	25,3
Após transferências sociais (50% da mediana)	%	13,8	13,0	12,3	10,8
Após transferências sociais (40% da mediana)	%	8,5	7,3	7,5	6,0
Indicadores de desigualdade do rendimento					
Coefficiente de <i>Gini</i>	%	34,0	33,9	33,5	32,6
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)	n.º	6,0	5,9	5,7	5,3
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S90/S10)	n.º	10,6	10,1	10,0	8,9

EU-SILC

2015

2016

2017

2018 (Po)

P_o - Valor provisório

Rc - Valor retificado

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Taxa de risco de pobreza (60% da mediana), segundo o sexo e grupo etário, Portugal, 2014-2017

Unidade: %

Ano de referência	2014				2015				2016				2017 (Po)			
	Total	0-17 anos	18-64 anos	65+ anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65+ anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65+ anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65+ anos
Após transferências sociais ⁽¹⁾																
Total	19,5	24,8	18,8	17,0	19,0	22,4	18,2	18,3	18,3	20,7	18,1	17,0	17,3	18,9	16,7	17,7
Homens	18,8	23,9	18,6	14,2	18,2	21,2	18,0	16,0	17,8	20,6	17,8	15,2	16,6	18,4	16,5	14,9
Mulheres	20,1	25,8	18,9	19,0	19,6	23,7	18,4	19,9	18,7	20,7	18,4	18,3	17,9	19,5	16,8	19,7
Após transferências relativas a pensões ⁽²⁾																
Total	26,4	31,3	27,0 Rc	20,2	25,0	28,6	25,2	21,4	23,6	25,5	24,4	20,0	22,7	25,6	22,6	20,6
Homens	26,0	30,1	27,1	17,8	24,4	27,2	25,1	19,3	23,4	26,0	24,2	18,1	22,1	25,1	22,4	18,0
Mulheres	26,8	32,6	27,0	22,0	25,6	30,1	25,4	22,9	23,8	24,9	24,5	21,4	23,2	26,1	22,8	22,5
Antes de qualquer transferência social ⁽³⁾																
Total	47,5 Rc	34,5 Rc	37,3 Rc	89,7 Rc	46,1	31,6	35,6	89,8	45,2	29,0	34,4	90,0	43,7	28,0	31,9	89,7
Homens	45,4 Rc	33,3 Rc	36,5 Rc	90,0 Rc	44,1	30,2	34,9	90,3	43,4	29,6	33,8	89,9	41,6	27,3	31,4	89,4
Mulheres	49,4 Rc	35,7	38,1 Rc	89,6 Rc	48,0	33,2	36,3	89,5	46,8	28,3	35,0	90,1	45,5	28,8	32,4	90,0

EU-SILC

2015

2016

2017

2018 (Po)

P_o - Valor provisório

Rc - Valor retificado

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

⁽¹⁾ Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência e outras transferências sociais.

⁽²⁾ Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência.

⁽³⁾ Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados.

Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, por composição do agregado familiar, Portugal, 2014-2017

Unidade: %

Ano de referência	2014	2015	2016	2017 (Po)
Total, sem crianças dependentes	16,6	16,8	16,9	16,5
1 adulto sem crianças	25,4	26,3	25,4	26,1
<i>1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças</i>	<i>23,7</i>	<i>23,9</i>	<i>25,0</i>	<i>23,9</i>
<i>1 adulto com 65 + anos, sem crianças</i>	<i>26,8</i>	<i>28,1</i>	<i>25,6</i>	<i>27,8</i>
2 adultos ambos c/ menos de 65 anos, sem crianças	16,8	16,0	18,1	17,1
2 adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos, sem crianças	14,3	16,4	15,5	15,0
Outros agregados, sem crianças	13,7	12,8	12,5	11,6
Total, com crianças dependentes	22,2	21,0	19,7	18,1
1 adulto c/ pelo menos 1 criança	34,6	31,6	33,1	28,2
2 adultos com 1 criança	13,7	15,0	12,4	12,4
2 adultos com 2 crianças	20,4	17,0	16,9	15,1
2 adultos com 3 + crianças	37,7	42,7	41,4	31,6
Outros agregados, com crianças	26,1	24,7	23,1	22,0
EU-SILC	2015	2016	2017	2018 (Po)

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

P_o - Valor provisório

Nota: são consideradas "crianças dependentes" todos as pessoas com menos de 18 anos, bem como os indivíduos entre 18 e 24 anos economicamente dependentes.

Taxa de risco de pobreza após transferências sociais, segundo a condição perante o trabalho e sexo, Portugal, 2014-2017

Unidade: %

Ano de referência	2014			2015			2016			2017 (Po)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Empregado	10,9	11,6	10,2	10,9	11,3	10,5	10,8	11,2	10,4	9,7	10,4	9,0
Sem emprego	25,2	24,3	26,0	25,4	24,5	26,1	25,1	24,6	25,5	24,8	23,5	25,8
Desempregado	42,0	44,1	39,7	42,0	44,5	39,4	44,8	47,1	42,5	45,7	47,4	44,1
Reformado	14,4	13,5	15,2	16,0	15,6	16,3	15,1	14,5	15,6	15,7	14,3	16,9
Outros inativos	31,9	27,7	33,9	31,2	26,0	33,5	32,3	32,1	32,4	30,8	29,9	31,2
EU-SILC	2015	2016	2017	2018 (Po)								

P_o - Valor provisório

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Nota: Nos indicadores relativos à condição perante o trabalho foi considerada o total da população com 18 e mais anos.

Taxa de intensidade da pobreza (60% da mediana), segundo o sexo e grupo etário, Portugal, 2014-2017

Unidade: %

Ano de referência	2014				2015				2016				2017 (Po)			
	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos
Total	29,0	31,4	32,2	18,2	26,7	28,7	29,3	18,0	27,0	30,2	30,2	15,4	24,5	26,1	26,4	16,5
Homens	30,1	30,9	33,6	17,2	27,1	29,1	29,2	16,6	27,4	28,6	30,7	14,4	25,2	26,9	26,9	16,0
Mulheres	28,7	32,1	31,5	19,3	26,5	26,9	29,4	19,1	26,5	32,6	29,9	15,7	24,0	24,5	26,0	16,6

EU-SILC	2015	2016	2017	2018 (Po)
---------	------	------	------	-----------

P_o - Valor provisório

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Indicadores de privação material, Portugal, 2015-2018

Ano de referência	un.	2015	2016	2017	2018 (Po)
Taxa de privação material	%	21,6	19,5	18,0	16,6
Taxa de privação material severa	%	9,6	8,4	6,9	6,0
Intensidade da privação material	n.º	3,7	3,6	3,6	3,5

EU-SILC	2015	2016	2017	2018 (Po)
---------	------	------	------	-----------

P_o - Valor provisório

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Taxa de privação material, segundo o sexo e grupo etário, Portugal, 2015-2018

Unidade: %

Ano de referência	2015				2016				2017				2018 (Po)			
	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos
Total	21,6	22,3	21,2	22,2	19,5	19,7	19,7	18,9	18,0	17,8	17,5	19,8	16,6	16,4	16,5	17,0
Homens	21,0	23,3	20,9	18,8	18,6	19,3	19,1	15,9	17,4	17,6	17,5	17,1	15,9	16,5	16,4	13,9
Mulheres	22,1	21,1	21,5	24,5	20,3	20,0	20,1	21,1	18,6	18,0	17,5	21,8	17,2	16,2	16,7	19,2

EU-SILC	2015	2016	2017	2018 (Po)
---------	------	------	------	-----------

P_o - Valor provisório

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Itens de privação material na população total, Portugal, 2017-2018

Unidade: %

Ano de referência	2017	2018 (Po)
Sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa	44,3	41,3
Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo	36,9	34,7
Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	20,4	19,4
Com atraso em pagamentos de rendas, encargos ou despesas correntes	7,6	6,6
Sem disponibilidade de automóvel	6,5	5,9
Sem capacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de 2 em 2 dias	3,0	2,4
Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa	1,1	0,8
Sem disponibilidade de telefone	0,5	0,3
Sem disponibilidade de televisão a cores	0,4	0,2

EU-SILC **2017** **2018 (Po)**

P_o - Valor provisório

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Indicadores EUROPA 2020, Portugal, EU-SILC 2015-2018

Unidade: %

Ano do inquérito =n		2015	2016	2017	2018 (Po)
População em risco de pobreza ou exclusão social	(n)	26,6	25,1	23,3	21,6
Taxa de privação material severa	(n)	9,6	8,4	6,9	6,0
Taxa de risco de pobreza após transferências sociais	(n-1)	19,5	19,0	18,3	17,3
Intensidade laboral <i>per capita</i> muito reduzida	(n-1)	10,9	9,1	8,0	7,2

EU-SILC **2015** **2016** **2017** **2018 (Po)**

P_o - Valor provisório

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Nota: O indicador **População em risco de pobreza ou exclusão social** combina indicadores construídos com base num indicador relativo ao ano do inquérito n (Taxa de privação material severa) com informação relativa ao ano de referência do rendimento n-1 (Taxa de risco de pobreza e Intensidade laboral *per capita* muito reduzida).

População residente em risco de pobreza ou exclusão social, segundo o sexo e grupo etário, Portugal EU-SILC, 2015-2018

Unidade: %

Ano de referência	2015				2016				2017				2018 (Po)			
	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos
Total	26,6	29,6	27,4	21,7	25,1	27,0	25,6	21,8	23,3	24,2	23,9	20,7	21,6	21,8	21,7	21,2
Homens	25,9	29,1	27,1	18,2	24,1	25,7	25,1	18,9	22,5	23,9	23,4	18,1	21,0	21,7	21,8	18,0
Mulheres	27,3	30,0	27,7	24,3	26,0	28,4	26,1	24,0	24,0	24,5	24,3	22,6	22,1	22,0	21,5	23,6

EU-SILC	2015	2016	2017	2018 (Po)
---------	------	------	------	-----------

P_e - Valor provisório

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Nota: O indicador **População em risco de pobreza ou exclusão social** combina indicadores construídos com base num indicador relativo ao ano do inquérito n (Taxa de privação material severa) com informação relativa ao ano de referência do rendimento n-1 (Taxa de risco de pobreza e Intensidade laboral *per capita* muito reduzida).

Taxa de risco de pobreza (60% da mediana), Portugal e NUTS II, 2017

Unidade: %

Ano de referência	2017 (Po)
Portugal	17,3
Norte	18,6
Centro	18,6
Área Metropolitana de Lisboa	12,3
Alentejo	17,0
Algarve	18,6
R.A. Açores	31,5
R.A. Madeira	27,4
EU-SILC	2018 (Po)

Po - Valor provisório

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento